

# ALÔ, BRASÍLIA

UM prêmio internacional, dois prêmios nacionais, uma homenagem da OAB, 43 mil crianças beneficiadas, 22 mil famílias atendidas.

Às vésperas de completar dois anos de implantação, o programa Bolsa-Escola do Governo do Distrito Federal tem outras duas conquistas para comemorar - redução de 7% para 0,2% na evasão escolar e de 20% para 7,7% no índice de repetência, o equivalente a 86,3% de aprovação entre os alunos beneficiados. Depois de despertar interesse em personalidades como o líder sul-africano Nelson Mandela, de impressionar delegações estrangeiras como a missão Chinesa e Fullbright e de ser copiado por dezenas de municípios brasileiros e estrangeiros com Bangladesh, na Índia, o próximo passo do programa será a criação de um fundo para ampliação de seus recursos.

Por comprometer apenas 1% do Orçamento do DF, a Bolsa-Escola trabalha com limite de recursos - R\$ 31 milhões e 600 mil. Este valor será suficiente para atender as 25 mil famílias estabelecidas como meta para este ano. Mas, se houver aumento acentuado no valor do salário mínimo, em maio, a meta ficará comprometida. Por isso, os coordenadores do programa já pensam na criação de um fundo para o qual contribuiriam todos os setores da sociedade - empresários, organismos nacionais e internacionais ou mesmo pessoas físicas. Com ele, poderia se pensar até na extensão do programa a uma parcela maior da sociedade. Hoje, destina-se a famílias na faixa da pobreza extrema.

## METAS

Mesmo com limitação de recursos, o programa tem ultrapassado suas próprias metas. A intenção do governador Cristovam Buarque era a de beneficiar 20 mil famílias até o final de seu governo. Na primeira metade, em outubro do ano passado, esse número foi alcançado. Agora em março, foram selecionadas 22.684 famílias e um total de 43.281 crianças. Os prêmios recebidos - da Fundação Getúlio Vargas/Fundação Ford, do Seis e o "Criança e Paz", do Unicef - reforçaram sua boa fama. E ela correu o País atraindo para Brasília dezenas de representantes de prefeituras interessadas na implantação de programas de renda mínima.

"Organismos internacionais, governos estaduais e municipais de todos os partidos têm mantido contato conosco mas não é possível mais precisarmos quantos nos procuraram; sabemos que 70 municípios estão implantando programas de renda mínima", afirma a coordenadora técnica da Bolsa-Escola, Marisa Pacheco. Oito cidades já colocaram em execução - Belo Horizonte, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Juiz de Fora, Salvador, Vitória e Brasília.

Iniciativas como esta têm merecido aplauso de entidades como a CNBB. Para o secretário-geral, dom Raimundo Damasceno Assis, "todo esforço que se faz no sentido de levar e manter crianças na escola é positivo". Na complexi-



## UNICEF: MAIS RECURSOS PARA BOLSA-ESCOLA

dade do mundo atual "não dá mais para termos apenas a educação fundamental. As pessoas devem estar preparadas intelectual e profissionalmente para poderem contribuir com a sociedade". Dom Damasceno lembra uma frase citada na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em 1992, em Santo Domingo: "Temos que tirar as pessoas da pobreza e dar-lhes os instrumentos para que saiam dessa situação". O principal instrumento, na sua opinião, é a Educação. "A Bolsa-Escola do GDF é a tradução dessa filosofia em fato concreto", afirmou.

## UNICEF

A expectativa dos coordenadores do programa em Brasília, no momento, é quanto à avaliação do Unicef - Fundo das Nações Unidas para Infância - sobre a Bolsa-Escola enquanto política pública, seu impacto no orçamento familiar e no orçamento público e que constará de um relatório técnico (v. matéria II). Tradicionalmente, publicações do Unicef são lidas por técnicos e tomadores de decisão em todo o mundo.

Ao mencionar a Bolsa-Escola como exemplo, em seu informe mundial de novembro, o Unicef conseguiu despertar interesse em governos internacionais como os da África do Sul e de diversos países latino-americanos. Mais adjacente está a delegação de Bangladesh que desembarca, em abril, em Brasília, para melhor conhecer a Bolsa-Escola. Para os organizadores da Bolsa-Escola, as honrarias têm sido motivo de orgulho até porque tudo começou do zero. "Não

tínhamos outro modelo para copiar; implantamos o programa e aprendemos sozinhos a administrá-lo com o mínimo de recursos", afirma a coordenadora Marisa Pacheco. (Cláudia Moema).

## NOVA ESCOLA

A pesquisa Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação, referente a 96, apontou o ensino público do Distrito Federal como o de melhor qualidade do país. O resultado positivo, no entanto, não satisfez o governo do DF que continua priorizando a área. "Sou um obcecado por educação", afirma o governador Cristovam Buarque sempre que tem oportunidade.

Sem alarde, o GDF extinguiu o chamado "turno da fome", implementou várias ações no sentido de erradicar o analfabetismo e a evasão escolar, além de ter construído 516 novas salas de aula no ano passado. Os investimentos em educação no período superaram todos os outros setores, recebendo 24,08% do orçamento, cerca de R\$ 870 milhões.

Projetos como o Bolsa-Escola, Sociedade vai à Escola, Canal E (TV Educativa) e a Escola Candanga - a grande novidade de 97 - são alguns dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Educação do DF na busca de uma qualidade de ensino cada vez melhor. A Secretaria de Educação do Distrito Federal também está conseguindo solucionar o problema da falta de professores. Contratou 1800 profissionais aprovados em concursos público neste semestre.

Houve ainda, uma novidade neste

início de ano para os alunos que estu- dam à noite na rede pública de ensino: o lançamento do regime semestral de matrículas por créditos em disciplinas. NO novo sistema, o aluno pode escolher as disciplinas que irá cursar a cada semestre. O ensino noturno, até o ano passado, funcionava da mesma forma que o diurno, no sistema de seriação. Cada série correspondia a um ano letivo e o aluno que não era aprovado em todas as disciplinas tinha que repetir o ano. A partir de agora ele é obrigado a repetir apenas as matérias em que não obteve aprovação.

## CASAS POPULARES

O Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab) assinou, no auditório da entidade, contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a construção de 130 casas populares na cidade de Ceilândia, a 25,9 km de Brasília. Os recursos, da ordem de R\$ 1,6 milhão, são do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dentro da Resolução 239, da CEF, que institui o Programa de Carta de Crédito Associativo com a Participação de Companhias de Habitação.

Segundo a diretora de Planejamento do Idhab, Tássia Regino, os candidatos à casa própria, dentro deste programa, serão selecionados pela ordem de classificação no Cadastro do Idhab. A seleção será feita entre os residentes de Ceilândia, seguindo o princípio de regionalização do atendimento à lista. Os classificados serão convocados por carta para habilitação de acordo com os critérios da Caixa. Caso não se habilitem ou não se interessem, permanecerão na

lista, aguardando por uma outra chama- da. Os contratos serão assinados pelos adquirentes diretamente com a CEF, que expedirá, amanhã, uma Carta de Garan- tia de Crédito para o Idhab. Dentro de seis meses, o Instituto deverá ter habili- tado 70% dos inscritos.

Para a diretora-presidente do Idhab, Alexandra Reschke, a assinatura deste contrato tem um significado histórico, uma vez que marca a mudança do "pa- radigma do lote" para a volta à constru- ção de habitações completas. Durante o governo anterior, foram distribuídos, irregularmente, mais de 90 mil lotes sem qualquer infra-estrutura ou regulariza- ção fundiária e de posse, iniciativa com fins eleitorais, que ficou conhecida como a "farra dos lotes".

## O TESOURO DA RUA

Jane é uma garota de 14 anos que, ao lado do avô, vive uma das mais em- polgantes aventuras imagináveis: pas- seia pela História do Brasil. A ado- lescente é a narradora do livro *O tesouro na rua*, de Cristovam Buarque, lançado pela Record em 1995 e reeditado agora, pela FAE - Fundação de Apoio ao Es- tudante. O livro foi selecionado para o Programa Nacional Salas de Leitura e Bibliotecas Escolares e será distribuído gratuitamente em escolas de todo o Bra- sil.

Assim, os estudantes vão poder sa- ber, de uma forma bastante simples, como viviam os escravos na época do Brasil Colônia, como a vida dos garim- peiros hoje é parecida com a que leva- vam séculos atrás, situação agravada com o uso do mercúrio, e como a vida das elites econômicas é diferente. Vai entender sobre dívida externa, priorida- des sociais, relações internacionais e participação popular.

No prefácio, Frei Betto explica: "Cristovam Buarque é, sobretudo, um professor" e conclui aliando o ato de escrever à ação política: "Escrever é re- velar, tirar o véu para que possamos ver melhor", afirma. "Fazer política é organi- zar, tornar as coisas mais propícias à condição humana, para que todos pos- sam ter o pão, paz e prazer".

Mas, além disso, *O tesouro na rua* é uma lição de narrativa. Cristovam Buarque consegue falar de assuntos, que naturalmente não têm nenhum apelo, com tanta empolgação e envolvendo os temas com tanta aventura que impossível é deixar de ler. O avô da garota é completamente biruta, se considerarmos os padrões estabelecidos. Ele tem aque- la lucidez que falta à maioria da popu- lação.

E com essa lucidez/birutice, depois de ficar viúvo e saber que uma doença no coração está para levá-lo, resolve vender tudo e investir nessa viagem com a neta. "Se você aprender alguma coisa comigo, permanecerei vivo, enquanto você viver. E se você ensinar a outra pessoa o que aprendeu de mim, continua- rei vivo, mesmo depois de você", ex- plica o avô.

Ele ensina muito mais que a His- tória do Brasil - como se isso já não fosse um trabalho hercúleo. Ensina que se pode aprender com alegria, morrer com dignidade, viver com paixão. Ensina a harmonia que pode haver na convivên- cia entre velhos e jovens. Ensina olhar para o passado para entender o presente e transformar o futuro. Mostra como o Brasil deu no que deu e aponta as enor- mes chances que o país tem de vir a dar certo.